

economia *em* perspectiva

Carta de Conjuntura

Violência, (in) Segurança e Custos Econômicos

Luiz Flávio Gomes (*)

São muitas as razões que nos obrigam a investigar e estudar o fenômeno da delinquência e da violência em qualquer sociedade (para o desenvolvimento de uma correta política de prevenção, para a manutenção da ordem e repressão, para a redução da desigualdade – inclusive na distribuição dos delitos –, para atenuar seus custos econômicos etc.). Onde a violência é epidêmica (é o caso do Brasil, que tem cerca de 30 homicídios para cada 100.000 habitantes; a média mundial é 5) a investigação do delito, da violência e dos seus custos torna-se uma imperiosa necessidade.

Eis a regra elementar: não existe liberdade nem democracia nem desenvolvimento econômico estável sem segurança. E segurança (de uma cidade, de um povo, de uma nação) pressupõe justiça social, bem-estar e solidariedade, enfocar o delito como problema comunitário e social, além de individual, assim como uma polícia aberta à comunidade. Segurança ou “cidadania segura” não significa -segundo uma visão reducionista - só ausência (ou redução drástica) da criminalidade.

Segurança é mais que ordem: significa liberdade. É mais que o cumprimento da lei: é o respeito à constituição e aos direitos fundamentais da pessoa. O movimento da lei e da ordem está ultrapassado; nossa bandeira atual deve ser “segurança e respeito aos direitos fundamentais constitucionalizados”.

Por quê? Porque segurança é o sentimento individual e coletivo de que sua vida (pessoal, social, econômica etc.) pode ser planejada para ser desenvolvida sem sobressaltos. É, em suma, a ausência de medo, porém, encarada desde uma perspectiva globalizada (não “glocalizada”).

Segurança, por isso mesmo, não é a mesma coisa que proteção. Esta pode ser oferecida por seguranças particulares, por grupos mafiosos (de traficantes, por exemplo), por terroristas e até mesmo pelo Estado (de acordo com programas de proteção a vítimas e testemunhas). Mas estar protegido não significa estar seguro.

Custos da violência

Altos executivos agora estão exigindo das empresas carros blindados, guardas de vigilância, armamentos etc.

Isso significa proteção. Nunca segurança (que é, inclusive, um estado de bem-estar). A segurança de um Estado Democrático significa ter consciência de que você, sua família, sua comunidade, sua empresa etc. irão desenvolver suas atividades sem riscos exagerados, sem custos exorbitantes.

O economista e advogado Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, que se transformou (nessa questão da violência) numa referência obrigatória no nosso país, em livro que lançará em breve (cf. O Globo de 24.02.02, p. 35) fez um outro balanço dos custos da nossa violência. Em 2001 gastamos nessa área 112 bilhões de reais (10,2% do PIB; segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento o certo seria 10,5%). Em 1995 isso significava só 5%. No lapso de seis anos os números dobraram.

A violência impede investimentos? Não há nenhuma dúvida. Ninguém de bom senso, no mundo da economia, lança-se em aventuras. A vida econômica (das empresas, do Estado ou mesmo individual) não pode ser uma loteria. A Câmara Americana de Comércio fez uma pesquisa em 1999 e a preocupação com a segurança não

“ **A vida econômica (das empresas, do Estado ou mesmo individual) não pode ser uma loteria. A Câmara Americana de Comércio fez uma pesquisa: em 2000 já era a nona preocupação; hoje, seguramente, está entre uma das três primeiras.** ”

Falta de Segurança e Reflexos na Economia

Aldo Demarchi

Página 2

Corrupção: o Círculo Vicioso da Violência

Elcio Anibal de Lucca

Página 3

Criminalidade e o custo Brasil emergencial

Miguel Ignatios

Página 4

aparecia nos 15 itens mais citados. Em 2000 já era a nona preocupação. Hoje, seguramente, está entre uma das três primeiras.

Temos no nosso país um exército de mais de 1 milhão de vigilantes. O setor privado, em 2001, gastou com a "indústria do medo" 70 bilhões de reais. Quase o dobro dos gastos públicos (37 bilhões). As perdas com roubos e furtos de carros, mortes, privação da liberdade etc. atingiram 15 bilhões. Em 2002 foram furtados ou roubados 380 mil carros (21% da produção nacional); já contamos com cerca de 100 mil veículos blindados; a esperança de vida dos brasileiros aumentou 2,6 anos de 1991 a 2000. Para as mulheres o aumento foi de 2,8: a diferença se explica em razão

das mortes violentas dos homens entre 15 e 49 anos.

Nossos legisladores, nesses dias, numa velocidade alopurada, sem critério científico algum, estão aprovando toneladas de leis penais, que serviriam para o "combate" ao crime. Isso é muito discutível. Estão produzindo o Direito penal mais aterrorizante da nossa história. Pior que não fazer nada contra a delinquência e a violência é fazer coisas erradas, iludindo outra vez a população com medidas simbólicas e demagógicas (leia-se: eleitorais).

A criminalidade em nenhum país é única: deve sempre ser analisada sob quatro aspectos: vivência do delinqüente, sofrimento da vítima, castigo pela Justiça e percepção da popula-

ção (seu temor, seu medo). Sem bases científicas e criminológicas, as decisões legislativas tendem a não produzir nenhum efeito prático positivo. Que adianta aumentar a pena dos delitos se todos temos a certeza (incluindo o criminoso) que poucos (pouquíssimos) são devidamente descobertos e punidos! □

(*) Luiz Flávio Gomes, é Doutor em Direito penal pela Universidade Complutense de Madri, Mestre em Direito penal pela USP e Diretor-Presidente do Centro de Estudos Criminais-Cursos e Consultoria Jurídica (www.estudoscriminais.com.br). E-mail: falecom@luizflaviogomes.com.br

Falta de Segurança e Reflexos na Economia

Aldo Demarchi

“ Os impactos econômicos da insegurança, no entanto, são ainda mais amplos. Muitas empresas avaliam, entre as diversas variáveis que norteiam seus investimentos, a questão da violência... Apresentamos o Projeto de Lei Complementar nº 15 de 2001, que está tramitando na Assembléia Legislativa.”

Cansada de trabalhar como faxineira, Maria de Lourdes, 32 anos, conseguiu com muito esforço, instalar um carrinho de lanches nas imediações do pronto socorro municipal de Rio Claro, a 170 quilômetros de São Paulo. O horário de maior movimento era justamente a madrugada, quando as lanchonetes convencionais estavam fechadas e, sem concorrência, a ex-diarista vendia seus cachorros-quentes e refrigerantes para quem trabalhava no posto médico e também para os pacientes. O pequeno negócio, no entanto, durou menos de seis meses. Depois de sofrer três assaltos e quase levar um tiro, Maria de Lourdes abriu mão do seu sonho de melhorar de vida e voltou para a faxina.

O exemplo de Maria de Lourdes mostra que a crise no setor de Segurança Pública, que tem ocupado o centro das discussões em decorrência dos crimes envolvendo nomes conhecidos da vida pública nacional, como o prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o publicitário Washington Olivetto, provoca mais reflexos na economia brasileira do que podemos imaginar.

O primeiro efeito perverso desta explosão de violência que tomou conta do País é a morte de milhares de jovens todos os anos. As estatísticas mostram, por exemplo, que a principal causa de mortes de brasileiros na

faixa etária entre 18 e 25 anos é o homicídio. Vítimas de latrocínios e assassinatos decorrentes do tráfico de drogas ou mesmo por motivos fúteis, essas pessoas simplesmente engrossam as estatísticas dos mortos por conta da criminalidade, privando o Brasil de uma força produtiva importante para a economia nacional.

Comprometimento dos investidores e setor turístico

Os impactos econômicos da insegurança, no entanto, são ainda mais amplos. Muitas empresas avaliam, entre as diversas variáveis que norteiam seus investimentos, a questão da violência. É pouco provável que uma empresa internacional de grande porte opte por um país onde quem circula com um carro de luxo em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro torna-se alvo preferencial de seqüestros e assaltos.


Paralelamente a isso, precisamos destacar o impacto descomunal que a falta de segurança provoca no turismo, que hoje é, incontestavelmente, o ramo de atividade econômica que mais cresce no mundo. Recentemente, um suíço que passava férias no Rio de Janeiro, depois de visitar a floresta da Tijuca, parou para comer um sanduíche nas proximidades de uma favela. Abordado por dois menores – um deles armado – assustou-se, reagiu e acabou sendo morto a tiros. Essa notícia, com certeza, circulou na

mídia internacional e, conseqüentemente, ajudou a desgastar ainda mais a imagem do Brasil. Desta maneira, um país cujas condições climáticas e a exuberância da natureza poderiam torná-lo líder no setor turístico perde milhões de dólares por não oferecer aos seus visitantes condições mínimas de segurança.

Segurança e o papel do Estado

Como pudemos observar, os impactos da insegurança não só atingem o cidadão comum como interferem em diversos setores da economia do nosso país. O poder executivo, responsável pela segurança dos cidadãos, deve tomar providências urgentes a fim de estagnar os alarmantes índices de violência em nosso país.

Aumentar o policiamento ostensivo nas ruas e nas regiões mais periféricas; expandir o policiamento comunitário nos bairros, para evitar o roubo e furtos de residências; intensificar a atuação das polícias civil e militar nos postos bancários e caixas eletrônicos, são algumas das medidas que propomos para o combate da violência. A ação constante da polícia, nos locais com grande índice de crimes, é imprescindível para garantir maior segurança à população.

Por outro lado, qualquer trabalhador mal remunerado, não desempenha bem suas funções, por isso defendemos uma remuneração justa para que os policiais possam exercer 

com mais satisfação suas atividades. Outra questão que nos preocupa é a defesa dos policiais no caso de ação criminal motivada por ato praticado no cumprimento de seu dever legal. O policial é obrigado a contratar, por conta própria, um advogado para promover sua defesa, por esta razão, apresentamos o **Projeto de Lei**

Complementar nº 15 de 2001, que está tramitando na Assembléia Legislativa, para que, nestes casos, o Estado seja responsável pelas despesas advocatícias.

A insegurança gera a violência e a violência é o ponto culminante dos desequilíbrios sociais. Prevalecendo esta não há condições para vida sociativa e,

como já dizia Aristóteles, o homem é, por excelência, um animal social. □

(*) **Aldo Demarchi** é administrador de empresas e está exercendo seu segundo mandato como deputado estadual pelo PPB. Foi vereador, Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro, vice-prefeito e prefeito no Município de Rio Claro.

Corrupção: o Círculo Vicioso da Violência

Elcio Anibal de Lucca ()*

A escalada da violência no Brasil tem assumido níveis desconfortáveis para toda a sociedade. A divulgação na mídia internacional, muitas vezes potencializada, adiciona uma narração pejorativa e preconceituosa, o que representa um desgaste significativo à imagem do País e, portanto, um entrave à decisão do investidor estrangeiro pelo Brasil.

A violência tem raiz na matriz social, porém os indicadores macroeconômicos não são os únicos fatores que a determina. As correlações entre desemprego e desigualdade de renda, dentre outros fenômenos econômicos, com a criminalidade são reais, mas não exclusivas, sobretudo se considerarmos também a necessidade de uma ampla reforma do sistema judicial e penal que é de aplicação imediata, ao contrário do processo de reversão das distorções econômicas, que se efetivam apenas no médio e longo prazos.

Neste conjunto de eventos, devem ser considerados também os valores intrínsecos da sociedade e de que forma a defesa destes é reconhecida e disseminada como exemplar. A sociedade é o retrato do ícone que cultua. Portanto, a violência tem um componente sociocultural.

O crime da corrupção não-resolvido e/ou não-punido acaba se refletindo na sociedade como referência em todas as outras formas de violência. A corrupção é a maior das violências, pois é uma inversão de valor que acaba estimulando toda a deformação da cadeia de valores éticos de governo, corporações e cidadãos.

Aceitar o que alguns estudiosos dizem que a corrupção faz parte da cultura e da história nacional é, no mínimo, um insulto a todos aqueles, cidadãos e empresas, que trabalham dignamente para um Brasil melhor.

A corrupção é uma violência moral e, neste caso, o prejuízo é pulverizado por toda a sociedade e é determinante na decisão de investidores. Afinal, quem vai destinar recursos para uma região de conhecida corrupção e acha que? Nisso quem perde é a população local que fica estagnada e sem perspectivas de melhoria de vida, condenada aos desmandos de uma minoria.

Este e outros tipos de violência moral parecem não chocar mais os brasileiros, frente ao noticiário de seqüestros, estupros, tráfico de drogas, violência doméstica e sexual, mas a inversão de valores está presente em cada uma dessas ocorrências. É a prática de uma iconoclastia perversa que corre o risco de ser regra na sociedade.

A violência física é, sem dúvida, um ato irreparável e, portanto, deve ser rigorosamente punida. Como tratar a violência moral, a exemplo da corrupção, da difamação, do seqüestro de imagem, que atingem sobretudo aquelas empresas que trabalham de forma séria e ética, e que representam um desprezo à cidadania?

Acredito que os transgressores de ambos delitos, violência física ou moral, sofram do mesmo desvio de caráter e há leis para inibir estas ocorrências, basta praticá-las, destacando-se que a maior parte dos casos é sempre de reincidentes.

Custo da violência = 4% do PIB

Dimensionar os impactos da violência na economia exige uma definição de critérios objetivos e subjetivos. Vários estudos e teses estabeleceram até modelos para a abordagem econômica do crime, ressaltando que, além dos fatores estruturais, a decisão de se praticar este ato leva em conta o retorno econômico esperado e o risco envolvido. Ou seja, é a análise do cri-

me sob a perspectiva da teoria microeconômica.

Recentemente, um estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, apresentou uma complexa avaliação do impacto da violência na economia, elencando os gastos com segurança pública, seguros e vigilância, que chegam a quase 4% do PIB, além de apontar setores prejudicados com a perda de receitas, como o de turismo, que abre mão de um potencial extra de US\$ 10 bilhões.

A sociedade perde muito com as diversas formas de violência física, pois há maiores gastos com a Previdência, com a Justiça, com o sistema penitenciário e a conseqüente queda nos indicadores de recuperação social, dentre tantos outros efeitos. Porém, cabe destacar que a agressão física tem nos imposto uma perda muito significativa, que são os inúmeros talentos e inteligência, das diversas áreas do conhecimento, que têm sido vitimados.

Violência é um tema que estará presente em todos os programas de governo dos candidatos à sucessão presidencial. Esperamos que as soluções alinhadas sejam exequíveis e que contribuam efetivamente para um País mais seguro, para se viver e para se investir. O combate à violência deve ser uma consciência nacional, contando com o comprometimento também do Judiciário e do Legislativo.

A corrupção é o começo e o fim da violência, é seu círculo vicioso, pois desacredita as Instituições e legitima o mau exemplo, que causam danos à economia e são instrumentos da impunidade para todos os outros tipos de violência. □

(*) **Elcio Anibal de Lucca**, é administrador pela FGV/SP e presidente da Serasa S.A

“ **Estudo do Ibre (FGV) avalia o impacto da violência na economia, elencando os gastos com segurança pública, seguros e vigilância, que chegam a quase 4% do PIB, além de apontar setores prejudicados com a perda de receitas, como o de turismo (US\$ 10 bilhões).** ”

Criminalidade e o custo Brasil emergencial

Miguel Ignatios (*)

Há, no Estado de São Paulo, 127 mil criminosos, condenados pela Justiça, à solta. A informação é da Divisão de Capturas da Polícia Civil e esse número já foi de 200 mil. Tal contingente e um outro ainda desconhecido de novos bandidos praticaram, ao longo de 2001: 330 mil roubos, cerca de 500 latrocínios (assaltos seguidos de morte), 540 mil furtos, 307 seqüestros e quase 11 mil assassinatos.

Só para efeito de comparação: nas 104 penitenciárias do Estado, nas cadeias públicas e nos distritos policiais, há mais cerca de cem mil detentos. Ou seja, para cada criminoso preso, há 1,27 em liberdade.

Para termos uma idéia da criminalidade no País, basta multiplicar tais números por duas vezes e meia – já que São Paulo representa 40% dos indicadores sociais – e teremos com isso formado um painel daquilo que chamo de custo Brasil emergencial.

Além do custo Brasil estrutural (corrupção, burocracia, excesso de leis, logística de transporte e de infra-estrutura precária, carga tributária elevada e pouca transparência do Executivo e do Judiciário) formou-se, no período compreendido entre 1974 e 1985, o custo Brasil emergencial, representado pela descomunal dívida social (talvez a maior dentre os países emergentes).

Naquele período, o Estado resolveu investir prioritariamente em programas de substituição de importação de insumos básicos (açúcar, papel, celulose e minérios, dentre outros), de bens de capital (máquinas e equipamentos) e no aumento

da produção doméstica de petróleo, a preços internacionais.

Graças a esses programas, o País pôde de 1985 a 1994 acumular enormes superávits comerciais. E isso é exaltado por economistas de todas as tendências. Mas o que eles não questionam é o preço pago por esse salto exportador.

Não foi por acaso que, ao longo dos governos Sarney, Collor e Itamar a economia brasileira beirou perigosamente a hiperinflação e teve de adotar nada menos do que cinco planos de estabilização (Cruzado, Bresser, Verão e Collor 1 e 2), todos mal-sucedidos.

Demanda social e crime organizado

Ocorre que a política do salto exportador drenou recursos destinados à área social (saúde, educação, moradia, transporte de massa, segurança e bem-estar social) para as novas prioridades de investimento.

Com isso, as demandas sociais, que já eram grandes, agravaram-se ainda mais e, aos poucos, abriram espaço para a atuação do crime organizado (contrabando, pirataria, tráfico de armas e de drogas, roubo de cargas e lavagem de dinheiro).

O resultado de tal política não poderia ter sido pior: os indicadores sociais e de qualidade de vida despencaram. Junto com o crime organizado, cresceram também doenças de todo o tipo: dengue, malária, tuberculose, leptospirose e hepatite, dentre outras.

Junte-se a isso os 150 mil assassinatos, ocorridos nos últimos dez anos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e teremos aí o custo Brasil emergencial.

De acordo com agências estrangeiras, especializadas em avaliar o risco de se viver nas grandes metrópoles do mundo, São Paulo e Rio foram classificadas como sendo de risco cinco, numa escala de um a sete.

Isso significa que no seu dia-a-dia paulistanos e cariocas correm o mesmo risco que moradores de Cáli e de Medellín, na Colômbia; e de Jerusalém, em Israel.

Recentemente, autoridades, empresariado, sociedade civil e a Igreja deram início a um diálogo criativo em busca de soluções para diminuir as carências sociais represadas ao longo de quase duas décadas.

Felizmente, os resultados não demoraram a aparecer. O empresariado começou a investir recursos na área social. E, hoje, eles já representam um terço de tudo o que o governo gasta em educação e em saúde.

Por sua vez, o governo também se deu conta de que para melhorar a vida dos cerca de 50 milhões de brasileiros carentes, que oscilam entre a pobreza e a miséria, teria de agir de forma direta, sem qualquer tipo de intermediação.

E foi o que fez ao adotar programas como o da renda mínima e o da bolsa-escola. E, para melhorar a renda dos mais pobres, nem precisou criar estatais ou autarquias.

Só a continuada parceria entre governo, empresariado e sociedade poderá diminuir o custo Brasil emergencial. □

(*) **Miguel Ignatios** é presidente do Conselho Deliberativo da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

“ A política do salto exportador drenou recursos destinados à área social (saúde, educação, moradia, transporte de massa, segurança e bem-estar social) para as novas prioridades de investimento. Com isso, as demandas sociais, agravaram-se abrindo espaço para a atuação do crime organizado. ”

Carta de Conjuntura

Publicação do Conselho Regional de Economia de São Paulo

Presidente: Júlio do Amaral Büschel • **Vice-presidente:** Peggy Beçak • **Conselho Editorial e Técnico (*):** Júlio do Amaral Büschel, Antônio Corrêa de Lacerda, Carlos Roberto de Castro, Carlos Antônio Luque, Fernando Homem de Mello, Geraldo Gardenali, Ibrahim João Elias, Joaquim Elói Cirne de Toledo, Luciano Coutinho, Maria Helena Zockun, Octávio de Barros, Paulo Sandroni, Roberto Macedo, Juarez Rizzieri e Yoshiaki Nakano. • **Editor Responsável:** Enio Campoi – MTb 19.194-SP • **Coordenação Editorial:** Antônio Tofaneto e Teresa Silva • **Assistente de Coordenação:** Alexandra Almeida • **Assessoria Gráfica:** Jânio T. Ribeiro • **Editada por:** Mecânica de Comunicação S/C Ltda. – Rua da Consolação, 222 – 14º andar – Cj. 1401 – 01302-000 – SP • **Impressão:** Gazeta Mercantil • **Endereço do Corecon:** Viaduto Nove de Julho, 26 - Térreo e 1º andar - CEP 01050-060 - São Paulo/SP, fone: (11) 3105.9031, fax: (11) 3105.4793 • **E-mail:** comunicacao@coreconsp.org.br • **Internet:** http://www.coreconsp.org.br •

É permitida a reprodução dos textos desde que citada a fonte. (* Os diretores da Ordem e do Sindicato dos Economistas e conselheiros do Corecon-SP são membros natos do Conselho Editorial e Técnico da Carta de Conjuntura.)

Carta de Conjuntura

• Março/Abril de 2002